

VIDA E MORTE DAS EMPRESAS NO BRASIL: COMO O CONTADOR PODE AJUDAR A MUDAR ESTE CENÁRIO?

LIFE AND DEATH OF COMPANIES IN BRAZIL: HOW CAN THE ACCOUNTANT HELP CHANGE THIS SCENARIO?

Allan de Aquino Pereira de Lima

Mestre em Ciências Contábeis, FIB Bauru - Faculdades Integradas de Bauru, Bauru, SP, Brasil

Emerson Nogueira Sales

Doutor em Ciências Contábeis, FIB Bauru - Faculdades Integradas de Bauru, Bauru, SP, Brasil

Carlos Henrique Carobino

Mestre em Turismo de Negócios pela Unibero, FIB Bauru - Faculdades Integradas de Bauru, Bauru, SP, Brasil

Email: carobino@bol.com.br

Maria Inês Scurachio Sales

Especialista em Gestão de Recursos Humanos, FIB Bauru - Faculdades Integradas de Bauru, Bauru, SP, Brasil

Email: MariaSales1@mail.com

RESUMO

O artigo discute a elevada taxa de mortalidade das empresas no Brasil e analisa como o contador pode contribuir para a redução desse cenário. A pesquisa evidencia que mais da metade das empresas brasileiras encerram suas atividades nos primeiros anos de funcionamento, principalmente por falta de planejamento, gestão inadequada e ausência de controles internos. O estudo destaca a relevância dos controles internos como ferramenta de proteção patrimonial, geração de informações confiáveis e apoio à tomada de decisões. A partir de questionários aplicados a contadores de diferentes Estados, verificou-se unanimidade quanto à importância dos controles internos para a continuidade das empresas, especialmente micro e pequenas. Os resultados apontam que o contador, além de responsável pela elaboração das informações contábeis, pode atuar como consultor na implementação de sistemas simplificados de controles internos, adequados à realidade financeira e estrutural das empresas. Conclui-se que o fortalecimento da gestão, com apoio técnico do contador, é essencial para reduzir a mortalidade empresarial e garantir maior sustentabilidade econômica. **Palavras-chave:** Mortalidade empresarial, Controles internos, Gestão empresarial, Micro e pequenas empresas

ABSTRACT

The article addresses the high mortality rate of companies in Brazil and examines how accountants can help mitigate this issue. The study reveals that more than half of Brazilian companies close within their first years of operation, mainly due to lack of planning, poor management, and absence of internal controls. Internal controls are emphasized as essential tools for safeguarding assets, producing reliable information, and supporting managerial decision-making. Based on questionnaires applied to accountants from different states, the

research found unanimous agreement on the importance of internal controls for business continuity, particularly in micro and small enterprises. Results indicate that accountants, beyond preparing financial information, can act as consultants in implementing simplified internal control systems tailored to the financial and structural conditions of businesses. The study concludes that strengthening management practices with the technical support of accountants is crucial to reducing business mortality and ensuring greater economic sustainability.

Keywords: Business mortality; Internal controls; Business management; Micro and small enterprises.

1 INTRODUÇÃO

O Brasil vive um momento de instabilidade econômica e política, tendo como consequências, o fechamento de diversas empresas e aumento do desemprego (Exame, 2016). Segundo dados divulgados pelo Ministério do Trabalho e Emprego - MTE, nos primeiros meses de 2016, foram encerrados mais de 623,5 mil vagas de emprego (MTE-2016).

De acordo com o levantamento realizado pelo SEBRAE (2015a), com o aumento do desemprego, as pessoas procuram formas alternativas de se manter economicamente ativas, e uma das saídas encontradas é a abertura do próprio negócio.

Por meio de recursos próprios, elas investem nas mais variadas alternativas para negócios próprios, como: a abertura de lanchonetes, serviços de reparo e lojas de moda e vestuário, são algumas das mais procuradas. (SEBRAE, 2015a). Esta iniciativa se caracteriza expressiva, e, segundo o levantamento feito pelo SEBRAE (2015b), aproximadamente 99% das empresas do país são classificadas como micro e pequenas empresas.

Entretanto, segundo o IBGE (2015), das empresas abertas no Brasil entre 2009 e 2013, aproximadamente 53% delas tiveram suas atividades encerradas nos primeiros anos de vida.

Dentre as causas deste insucesso estão os problemas na administração, falta de planejamento do negócio e da burocracia. (SEBRAE, 2014), nas questões financeiras, como a falta de reservas de caixa, e retiradas indevidas dos sócios, cujo comportamento implica na descapitalização indevida da empresa.

Na pesquisa, verificou-se que mais de 50% dos empresários respondentes alegaram não ter recorrido aos especialistas como contadores e instituições especializadas para a abertura da empresa, ou sequer, elaboraram um plano de negócios, demonstrando a sua falta de preparação e planejamento para iniciar e manter o negócio.

Logo, tanto os empresários que tiveram êxito nos negócios como os que fecharam as portas prematuramente concordaram que, além da necessidade de um bom planejamento para a abertura, para que a empresa sobreviva, é necessário ter uma boa gestão dos negócios (SEBRAE, 2014).

Pereira (2004) observou que o controle interno representa uma importante fonte de dados para as tomadas de decisão gerenciais.

Observou-se a ligação entre a existência de controles internos e a questão da descontinuidade empresarial, conclusões que permitem uma reflexão de um conjunto de processos e procedimentos em uma empresa abarcados na estrutura de controles internos que possibilitam mais chances de continuidade do negócio.

Essa interpretação é reforçada pelos ensinamentos de Attie (2009), quando afirma que o controle interno é um plano de organização e um conjunto coordenado de métodos e medidas adotados pela empresa para proteger seu patrimônio, verificar a exatidão e a fidedignidade de seus dados contábeis. Além de promover a eficiência operacional, encoraja a adesão às políticas traçadas pela administração.

O autor afirma que a ideia do controle interno é maior que a simples gestão do patrimônio, uma vez que viabiliza o gerenciamento de todas as operações e tomadas de decisão inerentes a empresa.

Partindo do pressuposto que a boa gestão dos negócios é um dos fatores relevantes para a continuidade das empresas, e assumindo o contador, como um dos principais responsáveis pela elaboração das informações contábeis, este estudo tem como objetivo identificar a percepção dos contadores acerca do impacto sofrido no seu próprio negócio pela descontinuidade das empresas no Brasil.

Nessa pesquisa verifica-se a opinião do profissional contábil acerca da viabilidade da implementação de um sistema simplificado de controles internos nas micro e pequenas empresas, que poderia ser implementado com a assessoria do próprio contador, acerca dos aspectos técnicos, financeiros e estruturais, considerando o porte do seu escritório e do seu cliente.

Então, considerando a relevância do tema e o ineditismo da abordagem e do campo de estudo, verifica-se o seguinte problema de pesquisa: Qual o impacto que a taxa de mortalidade das empresas causa na estrutura econômico-financeira e na continuidade dos escritórios de contabilidade?

A importância deste estudo está em evidenciar os impactos que a mortalidade das empresas causa aos profissionais da contabilidade e como o contador pode contribuir para

diminuição da mortalidade das empresas no Brasil, pressupondo que se estiverem mais assessoradas o risco de mortalidade poderá diminuir.

Logo, tal assessoramento considera desde as recomendações à implementação de sistemas simplificados de controles internos respeitando as limitações técnicas do profissional contábil, do empresário e questões financeiras, como a falta de capital para investir em estruturas de gestão.

Em uma visão mais ampla fundamentada em dados socioeconômicos, faz-se relevante mostrar o quanto é importante para o profissional da contabilidade e para a sociedade a preocupação e atenção com a continuidade das empresas, dado o impacto que a mortalidade traz para a economia.

Assim o estudo deve contribuir com o debate do tema no âmbito acadêmico seguido da identificação destas questões e de possíveis sugestões de atividades envolvendo o profissional da contabilidade na continuidade das empresas.

2 DESENVOLVIMENTO

2.1 Controles Internos – definição

Segundo Attie (2009) o controle interno tem duas das principais funções, que são: verificar a exatidão, e fidedignidade de seus dados contábeis e promover a eficiência operacional encorajando a adesão às políticas traçadas pela administração.

Almeida (2003) é mais direto ao afirmar que o controle interno é para a empresa, um conjunto de procedimentos, rotinas ou métodos que visam proteger os ativos, produzir informações contábeis confiáveis e fornecer assim, informações mais confiáveis à administração.

Por meio de sua pesquisa, Barragan (2006) concluiu que o controle interno nada mais é que um processo que objetiva proporcionar à empresa, segurança em atingir metas pré-estabelecidas, bem como, ajudar a minimizar os riscos operacionais, reduzindo seus custos.

No mesmo estudo, ela ressalta a importância de a empresa manter a aplicação dos controles internos desde a sua constituição, tendo em vista que esta colabora para o funcionamento das atividades da empresa de forma eficiente, evita retrabalhos, o aumento de custo e contribui para a continuidade da empresa.

Em seu estudo Cordeiro (2010) também trata dos controles internos, por meio de métodos utilizados pelos gestores da empresa com o objetivo de salvaguardar ativos,

promover a adequação e confiabilidade das informações contábeis, além de promover a eficiência operacional e evitar retrabalhos e aumento de custos, assim como o respeito à normativas internas da empresa, como regulamentos, dos quais a empresa está sujeita.

2.2 Controles internos- objetivos e classificações

Para Attie (2009) estes controles têm como principais objetivos: I) preservar os interesses da empresa; II) primar pela precisão e confiabilidade dos informes e relatórios contábeis, operacionais e financeiros; III) estimular a eficiência operacional e; IV) estimular a aderência às políticas existentes.

Assim, preservando os interesses da empresa, os seus esforços serão direcionados para atender seus objetivos, evitando desperdício de esforços em vão. Logo, primando pela precisão e confiabilidade das informações dos relatórios, os processos que envolvem a geração destas informações deverão ser organizados, dirigidos e controlados, com o intuito de atender tal objetivo.

O estímulo à eficiência operacional e a aderência de políticas existentes estão completamente ligadas, uma vez que as políticas desenvolvidas pela empresa deverão ter como objetivo comum, a sua prosperidade e a continuidade das suas atividades e ao estimular a sua aderência, a gestão garantirá que estas regras de otimização das atividades estão sendo cumpridas, em sua completude.

Lins (2010) define controles internos como um processo integrado, o qual é operado por toda a empresa, com o objetivo de garantir que as atividades administrativas e operacionais sejam razoavelmente realizadas, e ainda descreve quatro categorias de controles:

I) Confiabilidade das informações que nada mais é que controles que visem garantir que o registro dos fatos contábeis está sendo feito de forma adequada, para que gerem assim, informações mais próximas da realidade possível;

II) Salvaguarda dos ativos, representado pela concepção de que a empresa deverá adotar controles para manter que seus ativos sejam registrados de forma adequada e que não sofram alterações que possam ficar sem o devido registro contábil;

III) Observância (*compliance*) às leis e regulamentos aplicáveis, que visa garantir que todas as obrigações legais às quais a empresa está obrigada sejam atendidas em sua plenitude, e

IV) Eficiência e eficácia das operações, tendo em vista que as operações da empresa, sejam administrativas ou operacionais (produção e serviços) sejam realizadas

da melhor forma possível, a fim de evitar retrabalhos e a ocorrência de custos desnecessários.

De Carvalho (2003) em seus estudos, ele descreve os controles internos como sendo compostos por cinco componentes principais, sendo eles I) Ambiente de controle; II) Atividades de controle; III) Informação e comunicação; IV) Avaliação de Riscos e; V) Monitoramento dos Controles Internos. Carvalho conclui que os controles internos visam assegurar a eficiência dos processos da empresa, prevenindo a ocorrência de falhas decorrentes de erro ou fraude.

Essa prevenção é feita pela adoção de controles que visam garantir a confiabilidade dos relatórios contábeis, promover a eficiência operacional e atendimento das normas internas e possíveis regulamentos, bem como, proteger os ativos da empresa.

Araújo (2000) ainda classifica os controles internos como sendo a “Viga Mestra” na qual a administração de qualquer empresa se firma, a fim de assegurar que seus objetivos estão sendo atingidos, garantindo que todas as métricas e regras internas estão sendo atendidas e ainda, através das informações geradas com maior fidedignidade, as decisões são tomadas com maior assertividade.

2.3 Custo x Benefício

Para Attie (1998) a implantação de controles internos deve considerar os custos para a sua implantação e os benefícios a serem alcançados, uma vez que a implantação de novos controles acarretará a criação de novos custos.

Almeida (2003) afirma que estes custos de implantação não podem exceder os benefícios esperados com a sua implantação, portanto, quanto menor o retorno ou risco apresentado, mais simples deverá ser o controle.

Padilha (2011) pôde observar que, a questão dos custos na relação custo X benefício, no que diz respeito à implementação de controles internos deve ser avaliada, caso a caso.

Uma vez que, na grande maioria dos casos, as empresas não possuem recursos financeiros para grandes investimentos em controles, os seus gestores deverão procurar ferramentas acessíveis, do ponto de vista financeiro, que sejam realizáveis, tecnicamente, considerando o nível de conhecimento dos gestores e da equipe operacional e ainda, se os controles possíveis de serem implantados trarão retorno real para a empresa, seja otimizando as operações, na geração de informações mais assertivas para a tomada de decisões ou na salvaguarda dos ativos da empresa.

Por meio de pesquisas, Fernandes e Galvão (2016) concluíram que a governança corporativa, que tem como uma das suas principais ferramentas os controles internos, geram para as empresas benefícios muito mais significativos do que a significância dos custos para a sua implementação, tendo em vista que o gasto se trata de um investimento, o qual proporcionará, dentre outros benefícios, a longevidade destas empresas.

Eles ressaltam ainda que, os custos de implementação e manutenção destes controles podem se adequar à estrutura financeira da empresa.

Assim, o gestor em conjunto com os sócios poderá discutir e avaliar a viabilidade da contratação de um consultor, a implantação de um *software* que facilite e de mais confiabilidade as informações entre outras opções a serem discutidas, sempre considerando a estrutura da empresa, sem esquecer do nível de complexidade destas possíveis soluções e o nível do capital intelectual voltado para estas ferramentas e para a gestão dos problemas da empresa.

Ainda acerca de governança, Parisi, Gallo, Megliorini, Piza, (2012) mostraram, entre outras coisas que, esta é importante para qualquer tipo de empresa, mesmo para instituições do terceiro setor, objeto do referido estudo.

2.4 Controles internos eSOX: fortalecendo a cultura no brasil e no mundo

Um fato de extrema importância para a expansão dos controles internos no mundo, e em especial, nos Estados Unidos, foram os escândalos envolvendo as empresas norte-americanas *Enron* e *Worldcom*.

Após julgamento e condenação dos executivos destas companhias viu-se, mais do que nunca, a necessidade de leis mais severas e regras mais efetivas, no que diz respeito às atividades da empresa. Neste contexto, em julho de 2002 foi assinada pelos Srs. Paul Sarbanes e Michael Oxley a Lei Sarbanes Oxley – SOX (Lugoboni, 2016).

Aqui no Brasil, as empresas as quais possuíam ações na U. S. Securities and Exchange Commission (SEC), agência reguladora responsável por cuidar do mercado de capitais dos Estados Unidos, estavam obrigadas a tal lei, foram as primeiras do país a sentir os impactos desta mudança. Posteriormente, com as alterações sofridas pela Lei das S.A.s em 2007, com a Lei Comp. 11.638 e CPC's emanados pelo CFC, as demais empresas nacionais precisaram se adequar às novas normas contábeis (Lins, 2010).

A Sox tem como objetivo proteger os interesses dos investidores, e para isso proporcionou o aperfeiçoamento dos controles financeiros das empresas, além de trazer mais responsabilidade aos administradores (Lugoboni, 2016).

A obrigatoriedade da Sox trouxe um avanço significativo, no que diz respeito à gestão e governança das empresas, todavia, acarretou um aumento no custo do gerenciamento das empresas, uma vez que para atender as exigências da legislação, foram necessárias uma série de adaptações à legislação e as normas específicas (Lins, 2010).

Antes do surgimento e implementação da Sox os controles internos eram adotados de forma mínima apenas com o objetivo de atender ao que a lei determinava.

A partir de então, passou-se a observar a sua importância, não apenas para a transparência das atividades, mas para a eficácia do funcionamento dos processos das empresas, e posteriormente tornando os Controles Internos uma das mais importantes ferramentas da Governança Corporativa, pois dava aos seus gestores e administradores (Carioca; Luca e Ponte, 2010).

2.5 Controles internos e sua importância para a continuidade das MPE's

No que diz respeito ao fornecimento de informações confiáveis, Pereira (2004), por meio da conclusão de seus estudos, verifica que o controle interno é uma ferramenta de grande relevância, no que diz respeito ao fornecimento de informações para tomadas de decisão dos gestores das empresas. Afirmar ainda, que a continuidade das empresas tem ligação direta com a existência de controles internos em suas estruturas.

Lunkes, Vicente e Soares (2010), observaram nas pequenas comunidades católicas de Florianópolis estruturas simplificadas de controles internos, onde todas as entradas ou saídas de recursos eram devidamente registradas e controladas.

Este controle permite a geração de informações o que traz mais transparência aos gastos realizados, o que atende a conceitos de *accountability*, mesmo que em alguns momentos, por conta de peculiaridades da estrutura carente de gerenciamento, tenha-se observado problemas com a falta de segregação de função, no que diz respeito às aprovações de pagamento.

Segundo Araújo, (2000) os controles internos são mais do que necessidades que se impõem a todos os gestores e executivos os quais primam pela eficácia das operações de sua organização.

Em contrapartida, Santos; Santos Junior (2013) observaram que pequenos empresários tendem a negligenciar seus negócios, não adotando a prática dos controles internos, seja por entenderem não ser necessários ou pela falta de recursos financeiros para tal.

Eles observaram que os controles internos são de grande relevância para a continuidade destas empresas, uma vez que os controles os ajudaram a salvaguardar seus ativos, evitando gastos desnecessários como pagamento de multas por atrasos diversos (falta de gestão e planejamento tributário) ou compras desnecessárias, (falta de planejamento de produção). Reforçam também a importância dos controles para obtenção de informações que ajudam na tomada de decisão e para gestão e controle de possíveis falhas nos processos da empresa.

Padilha (2011) observou, no que tange a aplicabilidade de controles internos para pequenas empresas e de gestão familiar, que a implantação dos controles internos é importante tanto do ponto de vista gerencial como operacional, uma vez que prima por otimizar as operações da empresa, bem como a geração dos números e informações contábeis, desta forma, possibilita aos seus administradores tomadas de decisão mais assertivas, bem como a elaboração de estratégias que possam gerar um retorno mais significativo.

Ele encontrou resistência dos administradores para a implementação de alguns controles, todavia, conseguiu comprovar os benefícios que estes proporcionaram, conseguindo assim, o consentimento.

Rezende (2013) concluiu em seus estudos como “inegável” a possibilidade de contribuição do sistema de controles internos para a gestão de municípios, dada a relevância do fornecimento de informações relevantes para a avaliação de desempenho, no que diz respeito ao atendimento às diretrizes determinadas para a gestão, e que estas possam ser realizadas de forma transparente, prezando pela utilização das verbas públicas de maneira eficaz.

Em seu estudo sobre os Controles Internos no Brasil, Monteiro (2015) observou que, até mesmo para o setor público a existência dos Controles Internos faz-se importante, por ser uma importante ferramenta de gestão fornecendo informações úteis para a administração, e facilitando a proposição de mudanças, quando necessárias.

A importância desta ferramenta de gestão é também observada, mesmo que implicitamente através do levantamento feito pelo SEBRAE (2014), em que, dentre as principais causas da falência, apontadas pelos seus gestores, estava a falta de gestão.

2.6 Dificuldades na implementação dos controles internos

Lunkes, Vicente e Soares (2010), observaram em seus estudos que entre as dificuldades na utilização dos controles, mesmo que já existentes, estão a falta de preparo

dos colaboradores, bem como a falta de equipamentos adequados, o que, em alguns casos, pode gerar o acúmulo de funções, e, conseqüente descaracterização do controle, uma vez que se compromete a segregação de função. Já Fernandes, Galvão (2016) mencionam, em seus estudos a resistência encontrada nas Micro e pequenas Empresas - MPE's no que diz respeito à controladoria por conta da falta de conhecimento dos benefícios que esta pode proporcionar aos negócios.

A falta de conhecimentos técnicos e inabilidades na área administrativa também são mencionadas como entraves para a sua adoção. Padilha (2011) também cita a falta de conhecimentos dos benefícios da aplicação dos controles internos por parte dos administradores e sócios como um dos entraves na sua implantação.

Petrovists; Shakespeare; Shih (2011), em análise feita em instituições sem fins lucrativos entre 1999 e 2007, observaram que um dos principais fatores negativos na implantação dos controles internos é o aumento dos custos operacionais.

Essa situação foi observada por Santos; Santos Junior (2013), que relatam o fato de que alguns microempresários julgavam não possuir recursos financeiros suficientes para a implementação de controles internos, ou ainda, que tais controles internos não eram aplicáveis às micro e pequenas empresas.

2.7 Adequando os controles às necessidades

Araújo (2000) cita que cada empresa deverá adequar seus controles internos às suas necessidades, considerando operação, ramo de atuação, mercado e estrutura, todavia menciona alguns controles básicos que a maioria das empresas possuem, sendo eles:

- a) controles internos de tesouraria; (Caixa e bancos)
- b) controles internos de compras e contas a pagar;
- c) Vendas e contas a receber;
- d) pessoal e folha de pagamento;
- e) Produção, suprimentos e expedição.

Araújo menciona princípios fundamentais para todo controle interno, sendo eles:

- a) Fixação de responsabilidades;
- b) Segregação de funções;
- c) Ciclos de uma transação;
- d) Rodízio de pessoal;
- e) pessoal envolvido com funções de controle deve passar por seleção criteriosa;
- f) Todas as tarefas deverão estar previstas no manual da organização;

- g) os responsáveis pela guarda dos ativos deverão possuir seguro-fidelidade;
- h) Adoção de processamento eletrônico.

O autor salienta que a elaboração desses controles aplicados deve considerar aspectos como a estrutura da empresa, recursos disponíveis e nível de conhecimento e a sua atividade, a fim de atender, de maneira mais abrangente, aos anseios da empresa, com relação a estes controles.

Vale salienta que, em pesquisa realizada pelo SEBRAE (2014), a boa gestão dos negócios após a abertura, foi o 2º item considerado mais importante para a sobrevivência das empresas.

Logo, considerando os aspectos elencados até o momento são possíveis de observar a importância dos controles internos, no que diz respeito à gestão dos negócios e consequente diminuição da mortalidade das empresas no Brasil.

Toda via, deve-se salientar que, em momento algum, o contador foi chamado para a discussão, a fim de que este pudesse fazer parte desta possível solução, tampouco, feitos estudos pelos quais fosse possível enxergar se é realmente o contador um dos profissionais que mais sofrem com o alto índice de mortalidade das empresas, e ainda, se este poderia colaborar na implantação destes controles.

Dado o ineditismo destes questionamentos, e a possibilidade de complementar os estudos já realizados acerca da mortalidade das empresas e da importância dos controles internos, enxergou-se a necessidade de se realizar um estudo a fim de observar a percepção do contador quanto a viabilidade da implantação dos controles internos para as empresas.

Leva-se em consideração aspectos como aceitação dos empresários, custo x benefício, estrutura física e sistêmica para implantação, e ainda, se este contador está preparado para auxiliar seus clientes nesta implantação, na forma de consultoria sem custos adicionais, tendo em vista que este será beneficiado direta e indiretamente com a continuidade das empresas de seus clientes.

3 METODOLOGIA

3.1 Classificação da pesquisa

Tendo em vista o já mencionado ineditismo do estudo, quanto à visão do contador, acerca da viabilidade de implantação dos controles internos para diminuição da

mortalidade nas micro e pequenas empresas, far-se-á uso da pesquisa classificada como descritiva de (Gil, 2010).

Dessa forma, aplica-se o método de levantamento dados, fazendo uso de questionários como procedimento de coleta de dados, a fim de reunir as informações para esta pesquisa (Gil, 2010). Vale salientar que, foram feitas pesquisas bibliográficas, a fim de fornecer suporte à importância dos controles internos para a continuidade das empresas (Martins; Theóphilo, 2009).

3.2 Coleta e tratamento de dados

Assim, por meio do Conselho Federal de Contabilidade- CFC, observa-se que a classe contabilista brasileira, conta com 535,6 mil contabilistas. Deste total, (65%) são contadores, bacharéis em Ciências Contábeis. Observou-se, que neste universo existem 56,6 mil organizações segregadas entre sociedades, empresários, MEI's e EIRELI's. (CFC 2016).

Considerando estas informações, foram contatados, aleatoriamente, 69 contadores de escritórios de contabilidade e contadores com experiência na área contábil, auditoria e compliance, nos estados do Amazonas, Bahia, Ceará, Minas Gerais, Paraná, São Paulo, Pernambuco e Rio Grande do Norte, para o preenchimento de questionário eletrônico, entre os dias 04/11 e 19/11/2016.

O questionário é composto por 18 perguntas e dividido em duas partes. A primeira destina-se a traçar um perfil do contador respondente e a segunda objetiva identificar a opinião do contador, acerca da importância dos controles internos no gerenciamento e continuidade das empresas no Brasil, bem como, se a mortalidade destas lhes causa algum impacto e ainda, saber se o contador acha economicamente viável participar da implantação destes controles para seus clientes.

Convém salientar que algumas questões da segunda parte foram elaboradas em escala de Likert, o que permitiu obter uma quantidade maior de informações, acerca do assunto; as demais são questões de múltipla escolha.

A fim de facilitar o entendimento dos objetivos do questionário por parte dos respondentes, foram feitos contatos telefônicos, bem como, trocas de e-mail, esclarecendo sobre os objetivos deste estudo.

4 DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

4.1 Conhecendo as fontes de dados

Neste levantamento foram colhidas informações de 69 contadores, dentre os quais, 65% são bacharéis em contabilidade e, aproximadamente 30% possuem pós-graduação. Destes profissionais, 88% atuam na área a mais de 5 anos, 20%, entre 11 e 20 anos e 12% atuam na área contábil a mais de 20 anos.

Dentre os vários cargos ocupados pelos profissionais, observou-se o seguinte quadro: Sócios e diretores: 20%; Gerentes e contadores: 44%; Auditores (supervisão e gerência): 23%; Analistas e outros: 13%. Do total de profissionais respondentes também foi observado que 74% são do sexo masculino, e 26% do sexo feminino. Através de conversas com os respondentes constatou-se que estes trabalham ou são sócios de escritórios de contabilidade, empresas de auditoria de pequeno e grande porte, e de empresas dos seguimentos da Indústria e de serviços.

Considerando as respostas obtidas é possível deduzir também que, aproximadamente 50% dos profissionais consultados trabalham com pequenas empresas, tendo em vista que 40% dos respondentes informaram trabalhar em empresa ou escritório que atende de 1 a 20 clientes e 10,8% atendem de 21 a 50 clientes. Contudo, convém salientar que o presente estudo não realizou aprofundamento na referida questão.

Convém salientar que todos os profissionais com os quais foi feito o colhimento de informações trabalham ou trabalharam em escritórios de contabilidade ou de prestação de serviços contábeis.

Consultando a opinião de profissionais que, atualmente, trabalham como gestores contábeis de empresas, mas que já trabalharam como prestadores de serviços contábeis objetivou-se, também, corroborar a premissa de que os controles internos são realmente importantes para a gestão de empresas, independente do seu porte ou seguimento.

Os respondentes são contadores do Amazonas, Bahia, Ceará, Minas Gerais, Paraná, Pernambuco, Rio de Janeiro, Rio Grande do Norte e São Paulo.

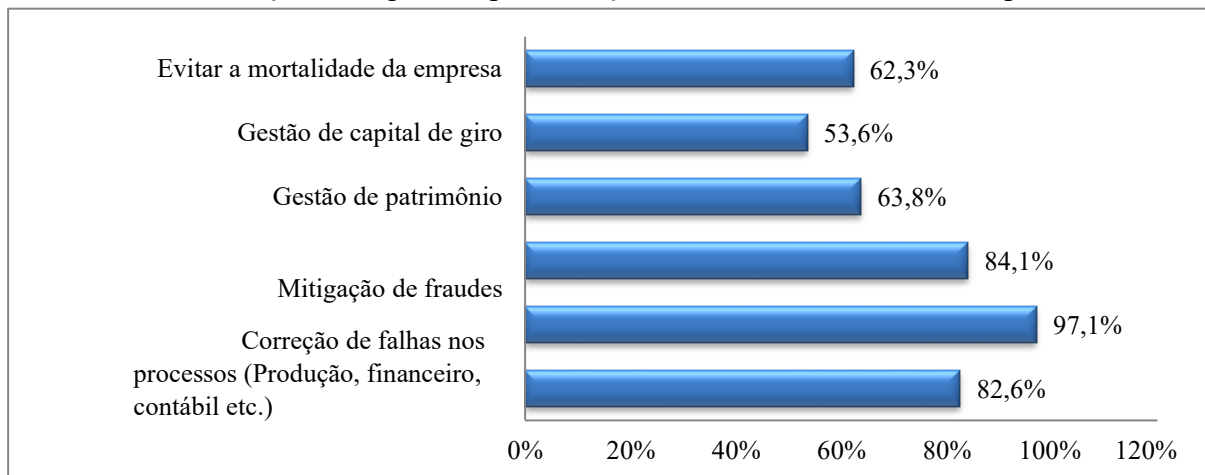
4.2 Resultados da pesquisa

Observou-se que 100% dos respondentes concordam que a implantação de controles internos pode contribuir para a continuidade de uma empresa, na qual, cerca de 87% concordam plenamente com esta afirmação.

Observou-se o igual posicionamento, com relação a importância dos controles internos para o gerenciamento de qualquer empresa, independentemente do seu porte, na qual a concordância foi integral, sendo que, 87% concordaram plenamente.

Foi indagado, em quais situações do ambiente empresarial a implementação dos controles internos tem maior relevância? Após relacionar as principais opções e obteve-se o seguinte resultado de acordo com o Gráfico 1.

Gráfico 1 – Situações em que a implementação dos controles internos é importante



Fonte: Elaborado pelos autores

Por meio destes 3 primeiros resultados verificou-se a unanimidade de opinião dos contadores com relação à importância dos controles internos para a continuidade do negócio e ainda, que estes controles têm grande relevância para a gestão de qualquer empresa, corroborando os estudos de Fernandes; Galvão (2016).

Deve-se considerar os controles internos, como um dos principais mecanismos de base para a Governança Corporativa, sendo estes necessários para salvaguarda dos ativos, confiabilidade das informações contábeis geradas, eficiência operacional a respeito das políticas administrativas e normas e regulamentos aplicáveis (Cordeiro, 2010).

Foi indagado aos contadores se estes entendem ser economicamente viável a implementação de uma estrutura simples de controles internos em micro e pequenas empresas, 82,6% 97,1% 84,1% 63,8% 53,6% 62,3% 0% 20% 40% 60% 80% 100% 120%.

Gestão dos negócios Correção de falhas nos processos (Produção, financeiro, contábil etc.), Mitigação de fraudes, Gestão de patrimônio, Gestão de capital de giro, evitar a mortalidade da empresa pergunta a qual, gerou uma pequena variação, nas respostas, uma vez que, 88% afirmaram concordar, enquanto apenas, aproximadamente 9% discordam da afirmação.

Esses dados levam a pergunta: É relevante ao contador que seus clientes possuam esses controles internos implantados em suas empresas? Já que 95,7% dos profissionais

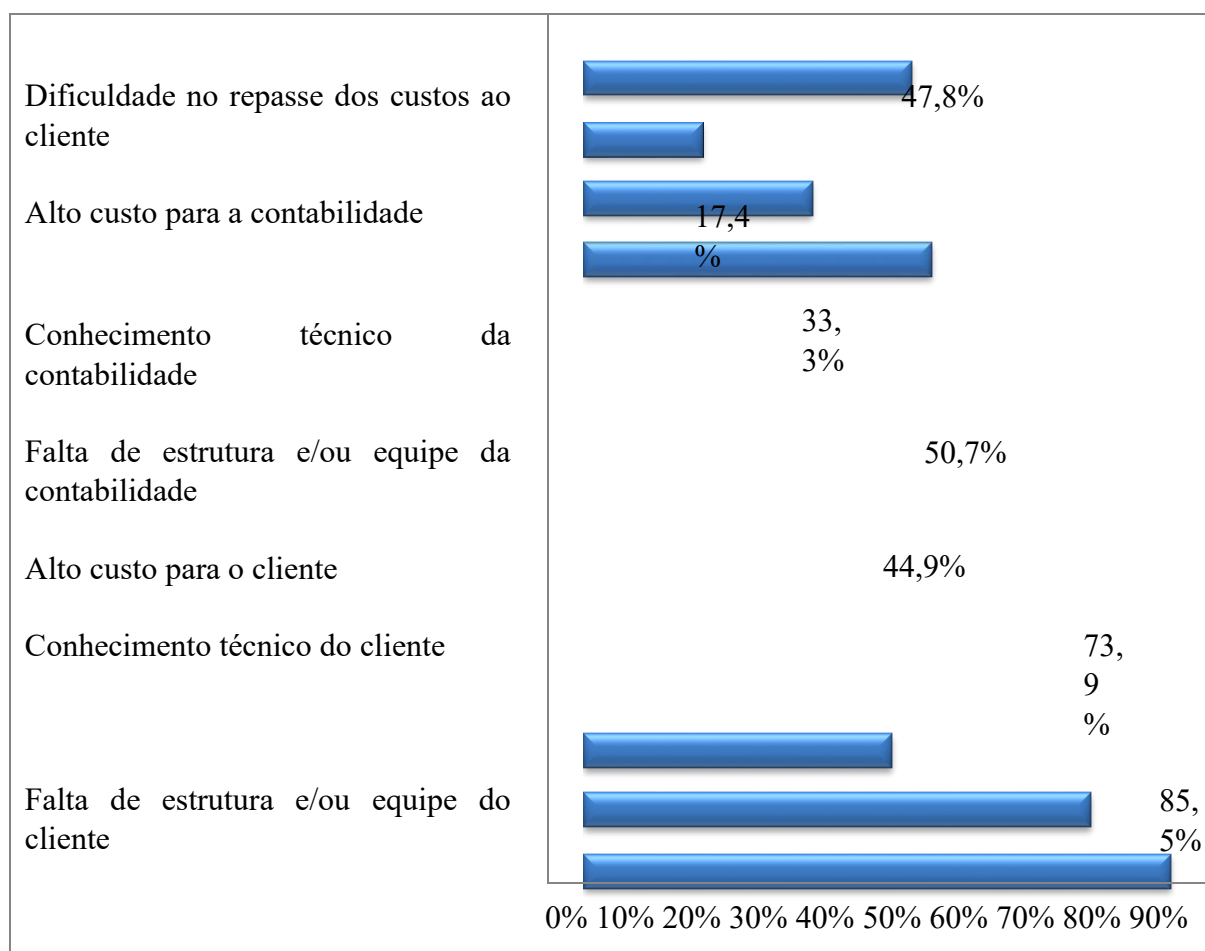
responderam que sim, e os outros 4,3% respondentes preferiram não opinar acerca do assunto.

Observou-se, por meio destas outras respostas, que os contadores enxergam como relevante a existência dos controles internos nas empresas, todavia, quando indagados acerca da viabilidade de implementação destes controles em empresas de menor porte, alguns deles não se mostraram favoráveis.

Tendo em vista o expressivo número de contadores que entendem ser relevante a existência de controles internos foi perguntado aos profissionais se eles acreditam que o contador pode auxiliar a empresa na implementação destes controles, e ainda, se ofertar serviços de implementação de controle, pode ser uma oportunidade financeira viável ao escritório. Para ambas as perguntas o cenário de respostas foi o mesmo, onde 61% concordam plenamente e 35% apenas concordam.

Neste caso, observou-se aproximadamente 3% de contadores os quais entendem ser inviável auxiliar seu cliente na implementação de controles ou até mesmo oferecer este trabalho a título de consultoria. Além, das quais seriam as principais dificuldades para a implementação desses controles para o cliente, logo, obteve-se o seguinte posicionamento no Gráfico 2.

Gráfico 2 – Principais dificuldades para implementação dos controles internos no cliente



Fonte: Elaborado pelos autores

Considerando o exposto, por meio do gráfico 2, as respostas que o antecedem, observou-se que os contadores enxergam dificuldades na implementação dos controles internos de seus clientes, nas diversas modalidades descritas no referido gráfico.

É possível observar que as dificuldades mais expressivas são esperadas por parte do cliente, em que a falta de estrutura e equipe disponível, bem como falta de conhecimento técnico são as opções tidas como principais entraves para a implementação dos controles. Com relação às dificuldades do escritório, fora mencionada a falta de equipe disponível para o trabalho e a dificuldade nos repasses dos custos ao cliente.

Ao fim do do questionamento foi perguntado aos profissionais: Quais são os principais impactos sofridos pelo contador, com a mortalidade das empresas no Brasil? Em resposta, dentre os problemas elencados, os principais foram a instabilidade da carteira de clientes, com 77%, a diminuição do volume de faturamento, com 67% e a perda de produtividade do escritório, escolhida por 58% dos respondentes.

Diante do cenário exposto por meio dos questionários respondidos por contadores de diversos estados do Brasil, é possível afirmar que, na visão destes profissionais, os controles internos podem ser uma das principais defesas contra o alto índice de mortalidade das empresas no Brasil.

Pôde-se observar, que é de interesse do contador que essas empresas continuem economicamente ativas, uma vez que elas sofrem impacto direto com o seu fechamento.

Observou-se que, existe uma série de impasses e dificuldades para a implementação dos controles internos nas empresas e principalmente nas micro e pequenas empresas, ainda sim, considerando os benefícios que os controles internos lhe trarão, direta e indiretamente, esta implementação ainda é viável, e não apenas ao contador, mais, principalmente ao empresário, que terá em suas mãos uma importante ferramenta de gestão, além de garantir a existência e continuidade dos seus negócios.

Conforme mencionado anteriormente, os profissionais respondentes do questionário foram contatados previamente, por telefone, ou por e-mail, para esclarecimentos acerca do objetivo do presente estudo, e na grande maioria dos casos observou-se um posicionamento uniforme com relação a pré-disposição a participar do estudo. Todavia, um dos respondentes mencionou que, apesar de concordar com a importância dos controles internos para a continuidade das empresas, uma das maiores dificuldades é conscientizar o empresário da importância destes controles e que os benefícios da sua implementação e manutenção são muitíssimos superiores aos custos que estes acarretam.

Uma outra questão levantada foi o descrédito na importância dos controles por parte dos micros e pequenos empresários, uma vez que estes acreditam que ao implementar tais controles farão o trabalho dos contadores.

Por fim, outra queixa mencionada, não apenas por ele, mas pela maioria dos contadores contatados foi a falta de conhecimento técnico do cliente. Na grande maioria dos casos, é necessário ao contador explicar ao cliente a importância das demonstrações contábeis e para que estas apresentem uma qualidade mínima se faz necessário que a empresa utilize bons controles.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Pelo presente estudo, observou-se que, na visão dos contadores, os controles internos são relevantes para a gestão dos negócios e consequentemente, para a

continuidade dos negócios, tornando-se uma importante ferramenta contra a mortalidade das empresas no Brasil.

Verificou-se que a implantação destes controles, pode ser uma oportunidade economicamente viável para o contador, que pode oferecer estes serviços a título de consultoria, ou até mesmo, como complemento dos seus serviços contábeis ao seu cliente, trazendo assim, um diferencial às suas atividades.

Com relação a este último ponto, convém salientar que uma das dificuldades apontadas pelos contadores, para a implantação destes controles, foi justamente a dificuldade de repassar os custos desta implementação aos clientes, entretanto, é necessário que o profissional da área contábil reforce, de forma ininterrupta a necessidade destes controles para a continuidade da empresa, conscientizando os empresários para este ponto e valorizando suas atividades, que são primordiais para o desenvolvimento de qualquer empresa, independente do ramo ou do porte.

Ressalta-se que o presente estudo não focou em esgotar o assunto discutido, mas dar início ao debate de um tema que afeta a grande parte dos contadores e aos mais de 56 mil escritórios de contabilidade espalhados pelo Brasil.

Verifica-se que o objetivo de contribuir para o aumento da valorização do profissional de contabilidade no Brasil, tido, em muitos casos como uma despesa imposta pelas obrigações do fisco e não como uma das mais importantes ferramentas de gestão que a empresa possui, foi analisado

Então, para isso, faz-se necessário a continuidade desses debates a fim de concluir sobre soluções cabíveis para as problemáticas encontradas. E assim, amparar o profissional contábil, motivando-o a qualificar-se em dar suporte às empresas, conscientizar os empresários acerca da importância dos controles internos e trazer mais solidez a economia, fazendo com que esta não sofra com o altíssimo número de empresas que anualmente fecham suas portas.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Marcelo Cavalcanti. **Auditoria**: um curso moderno e completo. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2003.

ANUÁRIO DO TRABALHO NA MICRO E PEQUENA EMPRESA 2014. São Paulo: SEBRAE, DIEESE, 2003 – 2013. Anual.

ARAÚJO, F. J. Implantação de uma estrutura de controles internos. **Revista de Contabilidade do Mestrado em Ciências Contábeis da UERJ**, Rio de Janeiro, v. 5, n. 2, p. 32-37, Jul/dez. 2000.

_____. Influência dos Controles Internos no Trabalho do Auditor Independente. **Revista de Contabilidade do Mestrado em Ciências Contábeis da UERJ**. Rio de Janeiro. V4, n1, p 50 – 54, jan/junho 1999.

ATTIE, William. **Auditoria: Conceitos e Aplicações**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2009.

BARRAGAN, L. G. O processo de gestão de riscos e controles internos nas entidades sem fins lucrativos como uma ferramenta para redução de custos. In: XIII Congresso Brasileiro de Custos, n9, 2006, Belo Horizonte. **Anais...** Belo Horizonte

CARDOSO, R. Onde estão as oportunidades **Conexão SEBRAE-SP, São Paulo, v. única, n.49, jul./ago. 2015.** Disponível em:<http://www.sebraesp.com.br/arquivos_site/noticias/revista_conexao/conexao49.pdf>. Acesso em 15 ago.2016>.

CARIOCA, K. J. F.; DE LUCA, M. M. M.; PONTE, V. M. R. Implementação da Lei Sarbanes Oxley e seus impactos nos controles internos e nas práticas de governança corporativa. **Revista Universo Contábil**. Blumenau, v.6, n. 4, p. 50-67, out./dez 2010.

CAUSA MORTIS: o sucesso e o fracasso das empresas nos primeiros cinco anos de vida. São Paulo: SEBRAE-SP, 2013 – 2014.

DE CARVALHO, R. F. Um estudo sobre os conceitos, aplicações e responsabilidades dos controles internos. 2003. p128. Trabalho de conclusão de curso (Mestrado) - Fundação Escola de Comércio Álvares Penteado, São Paulo, 2003.

DE CARVALHO, R. F. **Um estudo sobre os conceitos, aplicações e responsabilidades dos controles internos**. 2003. p128. Trabalho de conclusão de curso (Mestrado) - Fundação Escola de Comércio Álvares Penteado, São Paulo, 2003.

CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE - CFC. **NORMAS BRASILEIRAS DE CONTABILIDADE - NBC TA 315.** Disponível em:

<http://www1.cfc.org.br/sisweb/sre/detalhes_sre.aspx?codigo=2014/NBCTA315>
Acesso em: 16 ago. 2016.

_____. **Profissionais Ativos nos Conselhos Regionais de Contabilidade agrupados por Gênero.** Disponível em:<<http://www3.cfc.org.br/spw/crcs/ConsultaPorRegiao.aspx?Tipo=0>>. Acesso em: 10 out. 2016.

CORDEIRO, C. M. R. Controle Interno e Governança Corporativa. **Revista das Faculdades Santa Cruz**, Santa Cruz, v.8, n. 1, Jan/jun. 2010. p.23-32.

DEMOGRAFIA DAS EMPRESAS: 2013 / IBGE. - Rio de Janeiro: IBGE, 2015.

FERNANDES, A. M.; GALVÃO, P. A controladoria como ferramenta de gestão nas micro e pequenas empresas. **Revista de Tecnologia Aplicada**. São Paulo. v.5, n.1, Jan-Abr 2016, p.3- 16

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002

LUGOBONI Et al D'ÁURIA, F S. Governança corporativa nas empresas familiares: as possibilidades de erros estratégicos à concentração de poder. **Revista Brasileira de Contabilidade**. v. 45, n.219, P 23-35, mai/jun. 2016.

MARTINS, G. A; THEOPHILO, C. R. **Metodologia da Investigação Científica para ciências sociais aplicadas**. 2ª Ed – São Paulo: Atlas, 2009

MONTEIRO, R. P. Análise do sistema de controle interno no Brasil. **Revista Contemporânea de Contabilidade**. v. 12, n. 24, p. 159-188, jan/abr. 2015.

PADILHA, F. B. **O Controle interno como ferramenta de gestão**. Ijuí. 2011. 56f. Trabalho de conclusão de curso Pós-Graduação Latu Sensu em Controladoria e Gestão Empresarial, Universidade Regional do Noroeste do Rio Grande do Sul. 2011. Disponível em:

<<http://bibliodigital.unijui.edu.br:8080/xmlui/bitstream/handle/123456789/469/O%20CONTROLE%20INTERNO%20COMO%20FERRAMENTA%20DE%20GESTA O%20-%20FABIANO%20BITEN.pdf?sequence=1>>. Acesso em: 05 out. 2016.

PEREIRA, A. N. Controles Internos Empresariais e Gestão: Visões e importância – Uma abordagem exploratória. **Contabilidade. Vista & Revista. -UFMG**. Minas Gerais. v. 15 n. 3, p 27-44, dez. 2004.

PETROVITS, C.; SHAKESPEARE, C.; SHIH, A. The causes and consequences of internal control problems in nonprofit organizations. **The Accounting Review**, v. 86, n. 1, p. 325-357, 2011. Disponível em:

<<http://citeseerx.ist.psu.edu/viewdoc/download?doi=10.1.1.535.2881&rep=rep1&type=pdf>> Acesso em: 18 out. 2016.

RAIZER, C. Brasil perde 94,7 mil vagas formais em julho, aponta CAGED. **Exame Abril**, São Paulo (25 ago. 2016). Disponível em: <<http://exame.abril.com.br/economia/brasil-perde-94-7-mil-vagas-formais-em-julho-aponta-caged/>>. Acesso em: 20 set. 2016.

REZENDE, D. A. Planejamento e Gestão estratégica Municipal. Estudo de caso de Controle Interno da prefeitura Municipal de Curitiba. **Revista Economia & Gestão**. v. 13, n. 31, jan/abr. 2013.

SANTOS JÚNIOR, H. J.; SANTOS, V. R. A aplicabilidade do controle interno como uma ferramenta de sucesso nas empresas. **Rev. Eletrônica da Faculdade José Augusto Vieira**. Lagargo. V.6, n.3, 2013. Disponível em: <<http://fjav.com.br/revista/Innerpages/edicaoEspecialPosGraduacaoControladoriaFinancasEmpresariais.php>>. Acesso em: 10 out. 2016.

SOARES, L. L.; VICENTE, E. F. R.; LUNKES, R. J. Controles internos em pequenas comunidades católicas de Florianópolis. **Sociedade, contabilidade e gestão**, Rio de Janeiro. v5, n. especial, 2010.

STEFANO, F.; FURLAN, F. Recessão caminha para ser a mais grave da história do Brasil. **Exame Abril**, São Paulo 11 set. 2016. Disponível em: <<http://exame.abril.com.br/revista-exame/recessao-caminha-para-ser-a-mais-grave-da-historia-do-brasil/>> Acesso em: 30 ago. 2016.